

A EXTREMA-DIREITA NOS GOLPES MILITARES DO CONE SUL: PATRIA Y LIBERTAD (CHILE), TRIPLE A (ARGENTINA) E A JUVENTUD URUGUAYA DE PIE (URUGUAI).

Por *Pedro Ernesto Fagundes[i]*

Resumo: Durante a década de 1970 foram implantados regimes ditatoriais na Argentina, no Chile e no Uruguai. Essas ditaduras foram resultados de fatores internos e externos, ou seja, contaram com apoio da política externa norte-americana e com a cumplicidade de segmentos da sociedade local. Em ambos os países foi estruturado um amplo aparato repressivo. Neste trabalho pretendemos demonstrar como organizações da extrema-direita atuaram na repressão política antes e depois dos golpes militares.

Palavras-chave: Ditadura Militar; América Latina; Triple A; JUP; Patria y Libertad

Na atualidade ocorre uma retomada dos debates sobre os limites da anistia política, direito à informação e condenação de ex-agentes do Estado que atuaram nas recentes ditaduras dos países do Cone Sul (Brasil, Argentina, Uruguai e Chile). Em seu conjunto, essas questões reacenderam as discussões sobre os limites da reconciliação nacional na região. No caso brasileiro, por exemplo, podemos citar as polêmicas em torno dos limites e objetivos em torno da Comissão Nacional da Verdade (CNV).

Outro caso que merece destaque ocorreu recentemente, mais precisamente em fevereiro de 2013, quando a Suprema Corte de Justiça do Uruguai (SCJ) emitiu sentença que considerou inconstitucional a lei aprovada em 2011 – de iniciativa do governo da Frente Ampla, coalização de centro-esquerda que governa o país – que permitia a investigação de crimes ocorridos durante a ditadura no Uruguai (1973-1985).

Na prática, tal decisão reestabelece as prerrogativas jurídicas da Lei da Anistia do Uruguai, aprovada em 1986, que impossibilita a investigação de crimes ocorridos durante o regime de exceção no país cisplatino.

Na Argentina, um caso que mereceu atenção foi a condenação, no dia 12 de março de 2013, à prisão perpétua de Reynaldo Bignone – ex-presidente que ocupou a presidência entre os anos de 1982-1983, último período da ditadura do país – por crimes contra a humanidade cometidos no centro de detenção clandestino do Campo de Maio, perto de Buenos Aires. No mesmo dia foram condenados o ex-comandante militar

Santiago Omar Riveros e os agentes repressores Luis Sadi, Eduardo Corrado e Carlos Tomás Macedra.

Mais do que apresentar as diferentes formas observadas em cada país de aplicação de suas políticas e medidas de memória nos casos apresentados, neste trabalho, nosso objetivo é demonstrar como os países citados conduziram a construção da história oficial e as versões que ficaram cristalizadas na memória política sem levar em consideração um ponto fundamental: os segmentos da sociedade que apoiaram a instalação dos regimes ditatoriais.

Ao longo do texto, seguindo as diretrizes propostas neste dossiê sobre a extrema-direita na América Latina, centraremos nossas análises nas organizações que eram orientadas por essa linha política. Para fins conceituais, entendemos como extrema-direita setores – civis e militares – que adotaram postura autoritária, antidemocrática, anticomunista e defendem um modelo de sociedade hierarquizada.[ii] Em alguns casos, como nos países analisados, esses grupos participaram de ações armadas, sequestros, sabotagens e assassinatos de opositores políticos.

Nesse sentido, no presente ensaio se faz uma reflexão sobre a participação desses setores nas conspirações, nos golpes de Estado e no apoio aos regimes instaurados a partir dos chamados “golpes militares” no Cone Sul. Voltando a análise sobre a participação de setores da sociedade civil no golpe militar, gostaríamos de trabalhar com as concepções do pesquisador Daniel Aarão Reis.

Entre outros temas, o autor tem realizado uma série de estudos sobre a participação de alguns setores da sociedade na ditadura militar brasileira. Uma de suas contribuições ao debate foi apresentar as ideias de “deslocamentos de sentido” e de “ambivalências” que marcaram a posição da maioria da sociedade brasileira com relação aos chamados “anos de chumbo”.

O autor, em sua interpretação, destaca a consagração da “memória da resistência” como postura generalizada. Contudo, menciona que, em determinados momentos, certos segmentos sociais empenharam apoio massivo ao regime militar e aos seus generais-presidentes. Nas palavras do historiador, com o fim da ditadura militar

passou a ser difundida a versão do “mito da resistência” como algo inerente ao conjunto da sociedade.

Estou convencido de que seria útil compreender melhor as complexas relações entre sociedade e ditadura. O seu caráter civil-militar. A participação maciça das gentes no momento de sua instauração. O desencanto posterior. O ano de 1968 e as mitologias associadas. O auge do chamado milagre econômico com suas ambivalências: anos de chumbo, mas também anos de ouro. O que prevaleceu para quem? O chumbo ou o ouro? Repressão, prosperidade, tortura, euforia autocomplacente, festas patrióticas, assassinatos, vitórias esportivas, autoestima em ascensão, miséria galopante, desigualdades sociais. [iii]

Essa postura também pode ser aplicada aos regimes ditatoriais implantados na década de 1970 no Chile, no Uruguai e Argentina, pois, para os casos das ditaduras dos países do Cone Sul, existe essa interpretação e abordagem simplificadora – sobretudo nos livros didáticos. Como destaca Daniel Aarão Reis, adotou-se a concepção de que todos viveram um “grande pesadelo”. Dessa forma, certas noções estão cristalizadas, tais como a imagem de “vilões”, atribuída somente aos “milicos”. E o restante da população, como experimentou os anos de Estado Ditatorial? Todos foram presos? Interrogados? Torturados?

Na apresentação do livro *A construção social dos regimes autoritários: Brasil e América Latina*, organizado pelas pesquisadoras Denise Rolemberg e Samantha Quadrat, essa discussão é aprofundada. Na obra a noção dicotômica de vítimas (sociedade) e algozes (militares) é novamente criticada.

Em relação à repressão política, as autoras destacam que existia o argumento do “nós não sabíamos” como uma forma de justificar a apatia e omissão do conjunto da sociedade em torno dos casos de graves crimes contra a humanidade. Assim, na construção da memória sobre as ditaduras militares, tanto em nosso país quanto nos vizinhos do Cone Sul, todos seriam “vítimas”, pois existiria um interesse externo (EUA) que, inevitavelmente, criou o ambiente para a situação política vigente na região durante a década de 1970. Dessa forma, uma memória seletiva foi construída sobre essa experiência histórica.

[...] o autoritarismo foi desejado e alguns ditadores foram (são) queridos e percebidos como salvadores da pátria por pessoas e/ou segmentos da sociedade de todas as idades e origens sociais. O autoritarismo constituía

elemento da cultura política de muitas sociedades. Antes da “influência estadunidense”, as ditaduras latino-americanas dos anos de 1960-1970 tinham, desde as articulações do golpe e durante o regime, como discurso principal “salvar os valores ocidentais e cristãos do perigo do comunismo”. Buscaram e receberam o apoio de setores da sociedade para o golpe. [iv]

Como se pretende demonstrar, em todos os episódios que marcaram esse período histórico nos países analisados coexistiram dois fatores: a influência externa (EUA) e o apoio de setores internos (empresários, parlamentares, imprensa, partidos e organizações de direita). De início, tratar-se-á do primeiro fator, que é a influência da Guerra Fria nas relações externas entre a América Latina e os Estados Unidos (EUA), para que se possa contextualizar a influência norte-americana na região.

Podemos dizer que com o término das ações militares da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), a política externa dos EUA foi orientada pela preocupação em relação aos países da América Latina. Assim, cuidou de monitorar todos os governos da região, no sentido de frear possíveis regimes que promovessem reformas sociais ou mudanças na relação de subserviência aos americanos. Um detalhe: essa política foi criada antes mesmo da chamada “Revolução Cubana” de 1959.

Como exemplo, podemos citar a intervenção ocorrida na Guatemala em 1954, durante o governo do presidente Jacob Arbenz, que viu seu projeto de reforma agrária ser utilizado como justificativa para mais um golpe de Estado naquele país. Em Cuba, em 1952, os americanos apoiaram a implantação da ditadura liderada por Fulgêncio Batista. Outro exemplo da intervenção norte-americana foi a proibição de funcionamento legal dos partidos comunistas no Brasil e no Chile, “coincidentemente” no ano de 1948.

Ainda nesse período, no plano econômico, o governo de Dwight Eisenhower (1953-1961) limitou-se a manter alguns programas de ajuda financeira que haviam sido instituídos durante o conflito mundial. O chamado “Programa de ajuda militar” representou um prolongamento das iniciativas que foram criadas na década de 1940. [v]

A chegada de John F. Kennedy (1961-1963) ao poder, não trouxe mudanças substanciais da relação entre os americanos do norte e seus vizinhos latino-americanos.

Contudo, essa posição sofreu uma brusca mudança depois do fracasso da tentativa de invasão da Baía dos Porcos, em 1961.

Esse fato serviu para alertar os norte-americanos: a ameaça comunista já havia chegado ao seu “quintal” e, por certo, esses episódios contribuíram para estreitar as relações entre o governo de Castro e a URSS, fato que tornou possível o acordo que previa a instalação de mísseis nucleares soviéticos na ilha. Em 1962, a chamada “Crise dos Mísseis” deixou o planeta à beira de um conflito nuclear entre as duas superpotências.

Temendo que movimentos semelhantes acontecessem no continente, o governo dos EUA tomou medidas para criar obstáculos às organizações comunistas na América Latina. Nesse período, foi resgatada a tese da defesa coletiva que havia sido elaborada durante a administração Eisenhower. Essa proposta estava centrada em duas frentes: a militar e a de ajuda humanitária. No terreno militar foram estabelecidas dezenas de acordos entre as forças armadas norte-americanas e os países da América Latina, com vistas a aparelhar e treinar as forças de segurança da região para combater possíveis “novas Cubas”. [vi]

Por outro lado, também foi estabelecida a chamada “Aliança para o progresso”, que pretendia ser o mais ambicioso projeto de colaboração dos Estados Unidos com a América Latina, desde o fim da Segunda Guerra. Lançado em março de 1961, esse projeto previa ações de incentivo ao desenvolvimento econômico na região.

Outro ponto de destaque da “Aliança para o progresso” é o que estabelecia a criação de mecanismos de intervenção humanitária, tais como a presença de “missionários” norte-americanos nas áreas mais carentes do continente. A ideia de Washington era dar maior ênfase às ações sociais e colocar em segundo plano o caráter ideológico do acordo.

O assassinato de Kennedy permitiu que seu vice, Lyndon B. Johnson (1963-1969), tomasse assento na Casa Branca. O governo Johnson deu segmento à “Aliança para o progresso”. Na contenção da ameaça comunista, o governo Johnson teve papel decisivo nos golpes militares do Brasil e da República Dominicana, ambos em 1964. Durante esse período foi estabelecida a “Doutrina Mann”, que consistia em apoiar e

oferecer ajuda econômica e militar a qualquer país, independentemente do seu regime político, “desde que se mantivessem anticomunistas”. [vii].

A “Doutrina Mann” continuou norteando as manobras norte-americanas durante a administração de Richard Nixon (1969-1974). Haja vista que durante a década de 1970 – como se verá a seguir – foram realizados golpes militares no Chile (1973), Uruguai (1973) e Argentina (1976), todos com o total apoio do governo norte-americano. Entretanto, entende-se ser importante sublinhar que a política externa dos EUA contou com a adesão de setores civis na região, mesmo antes dos golpes, ou seja, durante a fase de conspiração.

Pode-se indicar o Chile como um caso exemplar em relação ao segundo fator: a influência de segmentos internos nos golpes militares. Isso porque, nesse país, é notória a participação de setores civis – empresários – nas campanhas de desestabilização que marcaram a administração de Salvador Allende na presidência do Chile.

Fugindo da regra geral dos países da região, no que diz respeito à instabilidade política e ao respeito às regras institucionais, a sociedade chilena acostumou-se com a normalidade democrática, ou seja, o sistema partidário funcionava dentro da normalidade[viii], como dissemos anteriormente, com exceção da cassação do registro legal e a clandestinidade imposta entre 1948 e 1958 ao Partido Comunista Chileno (PCCh).

Mesmo com essa ponderação, as outras legendas conseguiram criar certa tradição de funcionamento e rotina partidário-eleitoral. Agremiações, como o Partido Socialista Chileno (PS) e o Partido Democrata Cristão (PDC), contavam com parlamentares, militantes, imprensa e, principalmente, milhares de simpatizantes e eleitores.

Para exemplificar esse quadro, pode-se citar o fato de Salvador Allende ter participado de quatro disputas presidenciais como candidato do PS. Mesmo sendo derrotado nas três primeiras tentativas (1952, 1958 e 1964), o dirigente socialista reconheceu as vitórias de seus adversários.[ix]

Em 1969 foi formada a coligação conhecida como Unidade Popular (UP). Essa frente era formada por representantes do Partido Socialista (PS), do Partido Comunista

Chileno (PCCH), da Ação Popular Independente (API), do Movimento de Ação Popular Unitário (MAPU) e ex-dissidentes do PDC. Assim, em 1970, na quarta tentativa, a candidatura de Allende logrou êxito.

Apesar disso, a oposição e resistência às medidas adotadas pelo governo de Salvador Allende sofreram forte oposição dos setores mais conservadores das forças armadas e da sociedade civil. Como foi dito, foram setores do empresariado chileno que coordenaram um amplo boicote – com apoio dos EUA – às medidas econômicas do governo da Unidade Popular.

O quadro de clivagem política foi se adensando na medida em que o governo de Allende foi apresentando uma série de medidas que visavam a redistribuição de renda, entre elas: a Reforma agrária, a nacionalização das minas (cobre, ferro, etc.), a Reforma do sistema educacional e a reforma urbana.[x] O agravamento da crise levou o governo dos EUA a promoverem um bloqueio econômico ao Chile. A situação agravou-se com os constantes casos de Lockout (paralisações dos setores empresariais) nos ramos de transportes, de combustíveis e de alimentos.[xi]

Um dado importante: essas reformas contavam com amplo apoio das camadas populares – base popular e eleitoral da UP. Por outro lado, ocorreram diversas manifestações anti-Allende que agregavam, sobretudo, setores da classe média e da elite do país.

As chamadas "marchas das panelas vazias" reuniram milhares de donas de casa que protestavam contra a crise de abastecimento de alimentos e o racionamento de alguns itens.[xii] Essas "marchas" – além do mesmo nome – guardam uma série de semelhanças com as manifestações de "senhoras de classe média" que ocorreram no Brasil, no período pré-1964. A maior de todas as semelhanças é o ponto culminante de ambas: um golpe de Estado.

Assim, como foi destacado, vários segmentos da sociedade civil chilena (empresários, partidos de oposição, classe média etc.) continuaram afinados e prestando seu apoio ao regime liderado pelo general Augusto Pinochet, nos anos seguintes ao golpe de 11 de setembro de 1973. Nesse caso, pode-se citar a atuação da Frente

Nacionalista Patria y Libertad, organização declaradamente autoritária e antidemocrática.

Criada ainda durante a campanha presidencial de 1970, pelo militante anti-comunista Pablo Rodriguez Grez, Patria y Libertad está ligada a inúmeros casos de sabotagem, sequestro e tortura de militantes de esquerda.[xiii] Depois do golpe de setembro de 1979, inúmeros de seus integrantes foram incorporados à Diretoria de Inteligência Nacional (DINA), a polícia política do regime militar chileno.

Esse grupamento destacou-se nas mobilizações que visavam desestabilizar o governo da UP. Importante salientar que os integrantes da Patria y Libertad ocuparam posição de destaque nos choques entre partidários e opositores do governo Allende. Como foi dito, posteriormente, seus integrantes foram incorporados ao aparato repressivo da ditadura Pinochetista.

No mesmo ano do golpe militar no Chile, outro país da região iria alterar sua normalidade constitucional. O Uruguai, apesar de ser considerada a “Suíça sul-americana” por conta de seus índices sociais positivos e de sua estabilidade política, acabou entrando no círculo vicioso dos golpes militares em 1973.

Uma particularidade desse país foi o fato de os governos civis de Jorge Pacheco Areco (1967-1972) e Juan María Bordaberry (1972-1976) serem os responsáveis pelos decretos que forneceram as bases jurídicas para o golpe de 1973. Os partidos políticos, os poderes legislativos e judiciários, a imprensa, os movimentos sociais, etc, foram silenciados e sofreram intervenção. Semelhante a outros casos no Cone Sul, a justificativa para o golpe era a preservação das bases do Estado Democrático de Direito.

Dessa forma, em 27 de junho de 1973, um golpe civil-militar deu início ao ciclo regressivo na antiga Cisplatina. As modalidades de repressão que atingiram os cidadãos identificados como “inimigos do regime” foram os mais variados, desde prisão, processo, perseguição nos meios acadêmicos, censura ao teatro, cinema e literatura. Cita-se a tortura, o fuzilamento e o desaparecimento forçado como outros mecanismos de terror implantados durante a ditadura.[xiv]

Contudo, esse ambiente de terror surgiu antes mesmo do golpe de 1973. Uma das mais notórias organizações de extrema-direita que atuou foi a Juventud Uruguaya de

Pie (JUP). Originalmente criada em 1970, essa organização surgiu como uma tendência do movimento estudantil. Apontada como responsável pelo “trabalho sujo” contra os opositores de esquerda, a JUP esteve envolvida em inúmeros atentados contra jornais, parlamentares, sindicalistas e militantes estudantis do Uruguai.[xv]

Na Argentina, semelhante ao caso uruguaio, os anos iniciais da década de 1970 foram marcados por crises políticas e mobilizações radicais em várias regiões do país.[xvi] Como uma alternativa para restabelecer o controle da situação política, em 1971 os mais variados setores da sociedade pactuaram o chamado Grande Acordo Nacional (GAN). Essa iniciativa foi fundamental para garantir uma relativa estabilidade política no país e arrefecer os ânimos dos militares.[xvii] Indiretamente, abriu caminho para o retorno de Juan Domingos Perón à presidência da república em 1973.

Contudo, tal medida foi insuficiente para que a Argentina superasse os reflexos da grave crise que atingiu a economia mundial, sobretudo, a dos países em desenvolvimento. Esse fato foi agravado depois da morte de Perón, mesmo com a posse de sua segunda esposa – Isabelita Perón que ocupava a vice-presidência – no cargo de Presidente da República.

Nesse momento de indefinição política e de radicalismo, tanto de sindicalistas como de empresários, o governo de Isabelita Perón optou por uma aproximação com os setores mais conservadores da Argentina, inclusive com casos de tortura e desaparecimentos sendo relatados nessa época.

Entre os grupos que atuaram nesse período um dos mais ativos foi a chamada Aliança Anticomunista Argentina (Triple A). Formado por integrantes das forças armadas, por polícias e ex-policiais, a organização contava com apoio material e financeiro de setores ligados ao governo. [xviii]

Suas missões consistiam em prender, torturar e assassinar sindicalistas, militantes estudantis e membros da esquerda peronista.

Las acciones de la Triple A (Alianza Argentina Anticomunista), grupo parapolicial, organizado desde el mismo aparato del Estado, crearon un clima de persecución y violencia a través de amenazas y asesinatos de dirigentes políticos y gremiales apareciendo los campos de concentración-extermínio aún estando en vigencia las instituciones democráticas. [xix]

O adensamento da crise institucional – marcada por enfrentamentos entre grupos armados da extrema-esquerda e da extrema-direita – permitiu que os comandantes das forças armadas, com amplo apoio da maioria da população interessada em restabelecer a ordem, capitaneassem mais um golpe de Estado. Esse novo regime ditatorial que vigorou entre 1976 e 1983 ficou conhecido como Processo de Reorganização Nacional. [xx]

Uma escalada repressiva sem precedentes marcou os momentos iniciais do golpe. A repressão política foi marcada por sequestros, torturas, prisões e execuções. As operações antissubversivas contaram com a atuação conjunta da estrutura oficial do Estado e grupos paramilitares. Como foi dito, o Triple A contava com experiência em ações contra grupos de esquerda armada, inclusive possuía centros clandestinos de detenção, tanto que muitos de seus integrantes acabaram incorporados ao aparato repressivo durante o Processo. [xxi]

Dessa feita, como aqui se mostrou, os Estados Ditatoriais implantados na Argentina, no Chile e no Uruguai sofreram influência de fatores internos e externos. A influência dos EUA foi apresentada por muito tempo, inclusive pela historiografia, como fator principal para a ocorrência de ditaduras militares no Cone Sul.

Na atualidade, entende-se ser essa visão muito simplificadora da realidade desses períodos. Isso porque, hoje é possível constatar que sem o apoio de setores civis – empresários, imprensa, igreja e partidos de direita – os movimentos não teriam encontrado respaldo. Assim, a participação de tais segmentos foi fundamental e, da mesma forma que a influência externa (EUA), deve ser indicado como elemento explicativo para a implantação dos regimes ditatoriais em nosso continente.

Referências

BOBBIO, Norberto. **Direita e esquerda: razões e significados de uma distinção política**. 2. ed. rev. e ampl. São Paulo: UNESP, 2001.

FICO, Carlos. **O Grande irmão: da Operação Brother Sam aos anos de chumbo. O governo dos Estados Unidos e a ditadura militar brasileira.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

GUAZZELLI, Cesar A. B (ORG). **Ditaduras Militares na América Latina.** Porto Alegre: Editara da UFRGS, 2004.

MONIZ BANDEIRA, Luiz A. **Fórmula para o caos: Ascensão e queda de Salvador Allende (1970-1973).** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008. NOVARO, Marcos;

PALERMO, Vicente. **A Ditadura Militar na Argentina 1976-1983: Do Golpe de Estado à Restauração Democrática.** São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2007. (Tradução Alexandre de Mello e Silva).

NOVARO, Marcos; PLARMO, Vicente. **La ditadura militar 1976-1983: del golpe de Estado a la restauración democrática.** 1ªed, 1ª reimpressão. Buenos Aires: Paidós, 2003 (Tradução: Vicente Palermo).

PADRÓS, Enrique Serra. Repressão e violência: segurança nacional e terror de Estado nas ditaduras latino-americanas. IN: FICO, Carlos et al (ORG). **Ditadura e Democracia na América Latina: balanço e perspectiva.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008.

PADRÓS, Enrique Serra A ditadura civil-militar no Uruguai (1973-1984). IN; WASSERMAN, Claudia; GUAZZELLI, Cesar A. B (ORG). **Ditaduras Militares na América Latina.** Porto Alegre: Editara da UFRGS, 2004.

SERVETTO, Alicia. **Memorias de intolerancia política: las víctimas de la Triple A (Alianza Argentina Anticomunista).** Antíteses, vol. 1, n. 2, jul.-dez. de 2008.

REIS, Daniel Aarão. **Entre o passado e o futuro: os 40 anos de 1968. Estudos Históricos,** Rio de Janeiro, vol. 23, n. 45, p. 171-186, janeiro-junho de 2010.

ROLLEMBERG, Denise; QUADRAT, Samantha (ORG). **A Construção social dos regimes autoritários: Brasil e América Latina** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

ROMERO, Luis Alberto. **História contemporânea da Argentina**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006. (Tradução Edmundo Barreiros).

WIN, Peter. **A Revolução Chilena**. São Paulo: Editora Unesp, Jorge Zahar Ed., 2010. (Coleção Revoluções do Século XX).

Notas

[i] Doutor em História Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). É professor adjunto do Departamento de Arquivologia da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) e professor permanente do Programa de Pós-Graduação em História (PPGHIS - UFES).

[ii] Para definição de extrema-direita, ver em: BOBBIO, Norberto. *Direita e esquerda: razões e significados de uma distinção política*. 2. ed. rev. e ampl. São Paulo: UNESP, 2001. pp. 134-135.

[iii] REIS, Daniel Aarão. Entre o passado e o futuro: os 40 anos de 1968 Estudos Históricos. Rio de Janeiro, vol. 23, n. 45, pp. 171-186, janeiro-junho de 2010, p. 178.

[iv] ROLLEMBERG, Denise; QUADRAT, Samantha (ORG). *A Construção social dos regimes autoritários: Brasil e América Latina* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010. pp. 24-25.

[v] FICO, Carlos. O Grande irmão: da Operação Brother Sam aos anos de chumbo. O governo dos Estados Unidos e a ditadura militar brasileira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.o, vol. 23, n. 45, pp. 171-186, janeiro-junho de 2010, p. 178.

[vi] FICO, Carlos. O Grande irmão: da Operação Brother Sam aos anos de chumbo. O governo dos Estados Unidos e a ditadura militar brasileira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.o, vol. 23, n. 45, pp. 171-186, janeiro-junho de 2010, p. 178.

[vii] FICO, Carlos. O Grande irmão: da Operação Brother Sam aos anos de chumbo. O governo dos Estados Unidos e a ditadura militar brasileira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.o, vol. 23, n. 45, pp. 171-186, janeiro-junho de 2010, p. 178.

[viii] WIN, Peter. A Revolução Chilena. São Paulo: Editora Unesp, Jorge Zahar Ed., 2010. (Coleção Revoluções do Século XX). pp 52-58

[ix] Ibid., pp. 51-53

[x] Ibid., p. 107.

[xi] MONIZ BANDEIRA, Luiz A. Fórmula para o caos: Ascensão e queda de Salvador Allende (1970-1973). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008. pp. 348.

[xii] GUAZZELLI, Cesar A. B. A Revolução Chilena e a ditadura militar. IN ; WASSERMAN, Claudia; GUAZZELLI, Cesar A. B. (ORG) Ditaduras Militares na América Latina. Porto Alegre: Editara da UFRGS, 2004. p. 91.

[xiii] MONIZ BANDEIRA, Luiz A. op. cit., pp. 333-334, nota 6.

[xiv] PADRÓS, Enrique Serra A ditadura civil-militar no Uruguai (1973-1984). IN; WASSERMAN, Claudia; GUAZZELLI, Cesar A. B (ORG). Ditaduras Militares na América Latina. Porto Alegre: Editara da UFRGS, 2004. pp. 57-71.

[xv] PADRÓS, Enrique Serra. Repressão e violência: segurança nacional e terror de Estado nas ditaduras latino-americanas. IN: FICO, Carlos et al (ORG). Ditadura e Democracia na América Latina: balanço e perspectiva. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008. p. 157.

[xvi] NOVARO, Marcos. La ditadura militar 1976-1983: del golpe de Estado a la restauración democrática. 1ªed, 1ª reimpressão. Buenos Aires: Paidós, 2003 (Tradução: Vicente Palermo). pp 80-81.

[xvii] ROMERO, Luis Alberto. História contemporânea da Argentina. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006. (Tradução Edmundo Barreiros). p. 178.

[xviii] PADRÓS, Enrique Serra. Repressão e violência: segurança nacional e terror de Estado nas ditaduras latino-americanas. IN: FICO, Carlos et al (ORG). Ditadura e Democracia na América Latina: balanço e perspectiva. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008. p. 157.

[xix]SERVETTO, Alicia. Memorias de intolerancia política: las víctimas de la Triple A (Alianza Argentina Anticomunista). Antíteses, vol. 1, n. 2, jul.-dez. de 2008, p. 441.

[xx]ROMERO, Luis Alberto. História contemporânea da Argentina. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006. (Tradução Edmundo Barreiros), pp 194-195.

[xxi]NOVARO, Marcos; PALERMO, Vicente. A Ditadura Militar na Argentina 1976-1983: Do Golpe de Estado à Restauração Democrática. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2007. (Tradução Alexandre de Mello e Silva), pp 105-106.